

# ESTADO, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO: ALGUMAS INDAGAÇÕES E REFLEXÕES SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE NO BRASIL

*Vanessa Batista Mascarenhas\**

**RESUMO** — *As políticas públicas para a juventude no Brasil vêm se desenvolvendo com maior destaque a partir do governo Lula, trazendo em seus documentos o discurso do jovem como o protagonista na constituição e desenvolvimento de uma política nacional. Entendendo a política pública como um campo em disputa que envolve diferentes atores com distintos interesses e que expressa, em muitos casos, a complexa relação Estado, Sociedade e Educação. Ao longo da história, questiona-se o papel da juventude na construção dessa política: Será o jovem o real soberano nas políticas de juventude? A partir de análises bibliográficas e documentais inferiu-se que, se em meio a um discurso de democracia a soberania do povo é negada em prol dos interesses dos dominantes, a juventude, público alvo desta política – jovens pobres, com baixa escolaridade, com condições sociais precárias - fazendo parte das minorias sociais, não se constituem o soberano nas políticas públicas de juventude.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *Política Públicas, Juventude, Soberano*

## 1 - INTRODUÇÃO

As Políticas Públicas são um campo em disputas que expressam em muitos casos a complexa relação Estado, Sociedade e Educação ao longo da história. Seu estudo implica considerar os diferentes interesses que envolvem a sua criação e implementação e o papel dos diferentes agentes envolvidos nesse processo. Existem vários conceitos para políticas públi-

---

\* Mestranda em Educação. PPGE – Mestrado Acadêmico na Universidade Estadual de Feira de Santana. E-Mail: cleodefeira@gmail.com.

cas, Souza (2003) afirma que não existe uma única nem melhor definição para política pública, mas a sua essência gira em torno do embate de ideias, interesses e preferências. As políticas não representam o interesse apenas de uma classe social, mas também expressam a ação do governo que repercute na vida dos cidadãos.

Segundo Palumbo (1989, p.35) política é “o princípio orientador por trás de regulamentos, leis e programas, [...] é um processo, ou uma série histórica de intenções, ações e comportamentos de muitos participantes”. A política não é palpável, é invisível e está em constante movimento de reformulações, modificações e ações de diferentes sujeitos. A política se origina de diferentes lugares, é um processo realizado por muitos atores ao longo do tempo, que envolve intenções, decisões, ações, reivindicações, leis e programas. E o programa é o meio específico para colocar uma política em prática, é a manifestação visível de uma política.

Logo, a política pública não é formulada por apenas um agente, representando apenas uma classe social, é um processo, uma série histórica de ações para um determinado fim. Contudo, deve-se pensar que na sociedade capitalista impera a desigualdade social, dessa forma os interesses dos diferentes agentes que compõe uma política são abarcados de forma desigual na composição da mesma. Assim, aparentemente pode-se estar beneficiando o segmento mais precário da população, mas em sua essência disseminando interesses e privilégios do segmento dominante, aumentando a segregação entre as classes.

As políticas públicas para a juventude no Brasil vêm se desenvolvendo com maior destaque a partir do primeiro mandato do presidente Luíz Inácio da Silva (Lula), em 2003. A relação entre Estado, Sociedade e Educação na implementação da política para a juventude é relatada em alguns documentos a partir de uma relação colaborativa. Observa-se que no documento do Plano Nacional de Juventude (2004), é relatado esse processo de colaboração para o desenvolvimento desta política.

Os Parlamentares, integrantes da Comissão Especial,  
ao longo do ano de 2003 e no 1º Semestre de 2004,

ouviram, num total de 33 audiências públicas, especialistas, gestores públicos e representantes da sociedade civil, notadamente os jovens. Nos encontros regionais, que somaram cerca de 5.200 participantes trataram de diferentes temas relacionados com a juventude, assim como nas audiências realizadas na Câmara Federal sobre: educação, nos diferentes níveis e modalidades [...] no intuito de tornar esse Plano a expressão da vontade plural da juventude brasileira [...] Apontar diretrizes e metas para que o jovem possa ser o ator principal em todas as etapas de elaboração das ações setoriais e intersetoriais [...] Em todas as audiências públicas, seminários e encontros regionais, a temática educação recebeu destaque especial (BRASIL, 2004, p.3-5).

Dessa forma, observa-se neste documento que à juventude é atribuída uma participação importante na formulação da política nacional de juventude, indicando o jovem como ator principal na elaboração dessa política. Ressalta ainda que o plano deve ter como referência a vontade plural da juventude brasileira e a temática educação deve ter atenção especial. Essa centralidade atribuída ao jovem nos documentos que regem essa política, está pautada num discurso de *protagonismo juvenil*, o qual “significa que o jovem tem que ser o ator principal em todas as etapas das propostas a serem construídas em seu favor” (BRASIL, 2004, p.22). Assim, este discurso de protagonismo implica uma ideia de poder dado ao jovem, como observado no próprio Plano Nacional de Juventude (2004):

Ser reconhecido como ator social estratégico implica a integração social, a participação, a capacitação e a transferência de poder para os jovens como indivíduos e para as organizações juvenis, de modo que tenham a oportunidade de tomar decisões que afetam as suas vidas e o seu bem-estar. Significa passar das tradicionais políticas destinadas à juventude, isto é, políticas concebidas pelos governos direcionadas ao jovem, para as políticas concebidas e elaboradas com a participação direta ou indireta dos jovens,

por meio de estruturas jurídicas reconhecidas pelo Poder Público, como conselhos e coordenadorias da juventude (BRASIL, 2004, p.22).

Desse modo, entendendo a política pública como um campo em disputa que envolve diferentes atores com distintos interesses, questiona-se o papel da juventude na construção dessa política. Será o jovem o real *soberano* na Política Nacional de Juventude? Evidencia-se que o processo de implementação dessa política ocorreu a partir das demandas de muitos participantes, envolvendo ações da sociedade civil – conferências municipais, estaduais e nacionais - e do governo por meio de criação de secretarias, projetos, leis, atrelado a um pacto nacional entre os governantes municipais, estaduais e nacional, em meio a um contexto histórico nacional de mudanças ocorridas *peelo alto*<sup>1</sup>.

Para o desenvolvimento dessa análise buscou-se primeiramente trazer algumas indagações e reflexões sobre o Estado Brasileiro e seus processos de mudança *peelo alto*. Em seguida contextualizar o desenvolvimento das políticas públicas para a juventude no Brasil. Posteriormente instigar reflexões sobre a suposta soberania da juventude na Política Nacional de Juventude a partir do discurso de *protagonismo juvenil*. E por fim estabelecer algumas reflexões sobre essa discussão. Para embasar essa análise bibliográfica e documental foram utilizados os conceitos de Gramsci: Estado, Sociedade Civil, Hegemonia e Revolução Passiva, e algumas reflexões de Neves (2005), Coutinho (2006), Fontes (2006) e Romano (2006). E como documentos: O Plano Nacional de Juventude (2004), Guia de Políticas Públicas para a Juventude (2006), Pacto pela Juventude (2012) e texto sobre as Conferências Nacionais de Juventude (2014).

## **2 - O ESTADO BRASILEIRO E SEUS PROCESSOS DE MUDANÇAS PELO ALTO**

O Estado ampliado em Gramsci corresponde a relação entre sociedade civil e sociedade política. “Na sociedade civil, as classes procuram ganhar aliados para seus projetos através

da direção e do consenso. Já na sociedade política as classes impõem uma 'ditadura', ou por outra, uma dominação fundada na coerção" (MORAES, 2002, p.98). Essa relação entre sociedade civil e política ao longo da história brasileira, nos induz a reflexões e indagações sobre o atual Estado Brasileiro.

As transformações ocorridas no Estado Brasileiro ao longo da história, possuem algumas características semelhantes. Apesar das muitas lutas travadas pela população na busca de liberdade, independência e democracia, as mudanças estabelecidas ocorreram *pelo alto*, na troca de um grupo dominante por outro grupo dominante, e em alguns casos dando continuidade ao projeto de dominação social.

Coutinho (2006) faz um panorama dessas lutas e enfatiza que os processos de transformação social no Brasil ocorreram por moldes não clássicos, ou seja, por meio de *revolução passiva*.

Conceito análogo aparece em Gramsci, ou seja, o conceito de 'revolução passiva' [...] o pensador italiano chama de 'revolução passiva' os processos de transformação em que ocorre uma conciliação entre as frações modernas e atrasadas das classes dominantes, com a explícita tentativa de excluir as camadas populares de uma participação mais ampla em tais processos. Gramsci diz que as revoluções passivas provocam mudanças na organização social, mas mudanças que também conservam elementos da velha ordem. Trata-se, essencialmente, de transformações – ou de revoluções, se quisermos – que se dão 'pelo alto' (COUTINHO, 2006, p.174).

Esse processo de *revolução passiva*, segundo o autor, é verificado no Brasil em alguns marcos históricos, como na independência brasileira que foi consolidada pelo segmento dominante da sociedade da época. A população mesmo promovendo lutas, reivindicações e revoluções, não possuiu o papel finalizador do processo de independência, que ocorreu por uma troca de poder, ou seja, houve um rearranjo da fração dominante da população, sem uma participação popular na finalização da mesma.

Outro exemplo foi a “revolução” de 1930, que também ocorreu *pelo alto*. A frase do governador mineiro Antônio Carlos de Andrada traduz bem esta realidade: “Façamos a revolução antes que o povo a faça” (COUTINHO, 2006, p.196), ou seja, buscava-se mudanças entre a própria elite sem a participação popular. Esta revolução tratou-se de um movimento das oligarquias que não estavam satisfeitos com a política café com leite e buscavam novos representantes de governo. Contudo esse processo foi interrompido pelo golpe de estado que instituiu Getúlio Vargas no poder, implantando a ditadura do Estado Novo.

A transição da ditadura militar (1964-1985) para um governo democrático também representou um momento de *revolução passiva* no Brasil. Apesar das várias lutas populares pela liberdade e democracia que ocorreram nestes 20 anos de repressão política, não houve uma mudança significativa no governo com o fim da ditadura. Coutinho (2006, p.175) relata

que “o primeiro presidente civil após o ciclo militar iniciado em 1964 foi o ex-presidente da Arena (Aliança Renovadora Nacional), isto é, do partido de sustentação da ditadura militar”. Isso demonstra que apesar das transformações ocorridas permaneceram elementos da velha ordem no governo do país.

Ao longo desse processo histórico de *revoluções passivas* no Brasil destaca-se a mudança do processo de dominação sem hegemonia para dominação com hegemonia. Coutinho (2006) ressalta que período de 1930 a 1980 é marcado por um tipo de Estado burguês que se caracteriza, em sua maior parte, pela presença de uma dominação sem hegemonia. Não havia consentimento da maioria da população pelo projeto político da classe dominante, o que é verificado pela grande quantidade de lutas, protestos, reivindicações, contestações da ordem vigente. A partir de então, devido a percepção por parte da burguesia de que era necessárias mudanças nas estratégias de dominação e para que houvesse um maior controle social era preciso exercer uma dominação com hegemonia. “(...) para Gramsci, hegemonia é um modo de obter o consenso ativo dos governados para uma proposta abrangente formulada pelos governantes” (COUTINHO, 2006, p.182), ou seja, era preciso mudar as estratégias para continuar a dominação.

Seguindo essa perspectiva de dominação com hegemonia, Neves (2005) enfatiza que a partir da década de 1990 iniciou-se no Brasil um novo projeto de sociabilidade pautado numa radicalização da democracia, com vistas a desenvolver uma nova cidadania pautada na responsabilidade social. Dessa forma, a sociedade civil passa a ser concebida como espaço onde diferentes parceiros contribuem para o bem-estar social com vistas a promover uma aceitação das desigualdades sociais, ou seja, há o estímulo a uma conciliação de classes. A partir dessa reforma, o Estado se responsabiliza pela formação técnica e ético-política da classe trabalhadora por meio da educação básica e incentivo a um associativismo despolitizado, baseado na defesa de interesses particulares e locais.

Assim, cria-se uma política colaborativa, pautada numa dominação com hegemonia, como novo projeto de sociabilidade, perpassando pela ideia disseminada com destaque a partir do governo Lula de que não é só o governo responsável pelo desenvolvimento do país, mas também a nova sociedade civil, “concebida como uma esfera pública não-estatal de cidadania, como espaço de interação social que também homogeneamente aglutina esforços na direção do bem comum, do interesse público” (NEVES, 2005, p.97). Assim, as ideias de colaboração (Todos pela educação, Brasil um país de todos,...) também chegam a política de juventude. Os jovens devem colaborar para a sua inclusão social e para o desenvolvimento do país, exercendo seu *protagonismo juvenil*.

Assim, a partir desse contexto de dominação com hegemonia em meio a processos de históricos de revolução *pelo alto* é que vem se desenvolvendo as políticas públicas para a juventude no Brasil, sob a proposta de resolver os problemas de exclusão desse segmento da população. Os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) nos últimos anos têm atribuído destaque a essas propostas de mudanças para a juventude brasileira. Já se passaram mais de dez anos da implementação e desenvolvimento dessas políticas, logo, propõe-se refletir sobre os caminhos percorridos por essa proposta de transformação social.

### **3 - CONTEXTUALIZANDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE NO BRASIL**

As políticas públicas para a juventude no Brasil se desenvolveram, segundo Sposito e Carrano (2003), a partir do conflito em torno do destino de recursos e bens públicos limitados, estes baseados em um amplo processo de negociações e de formação de consenso, mesmo que provisórios. Os jovens antes da década de 90 eram incluídos nessas políticas de uma forma generalizada, a partir de projetos direcionados para todas as faixas etárias. Contudo, a partir dessa década amplia-se os olhares voltados para essa fase da vida, seja pela necessidade de controle social, pela inserção laboral dos mesmos ou por serem considerados pessoas de direito.

A partir de então alguns projetos foram criados tendo o mesmo público alvo: jovens pobres, com baixa escolaridade, com “diferentes graus de vulnerabilidade, cujos efeitos culminam na recorrência de situações de entrada e saída nas redes de ensino, repetência, abandono precoce, desinteresse pelos estudos, etc.” (ANDRADE, 2009, p.86). Entretanto, foram projetos pontuais não tendo continuidade. Isso demonstra certa fragilidade nas políticas públicas, que estão sempre buscando soluções pontuais para o problema da juventude, cujas origens remontam à questão do acesso e permanência na educação básica.

Essas políticas ganham maior destaque na agenda governamental a partir do primeiro mandato de Lula, que “se elege tendo como uma das temáticas de sua plataforma eleitoral o jovem e sua luta pelo reconhecimento social e seus direitos e sua descriminalização” (BORELLI, et al, 2003, p.6). Secretarias, conselhos, comissões, leis e projetos foram criados para compor, formular e desenvolver essa política pautada principalmente na reinserção escolar dos jovens. Buscou-se a consolidação de uma política de Estado que permanecesse com as mudanças do governo (BRASIL, 2004).

Foi principalmente a partir do governo Lula que a juventude ganhou destaque na agenda governamental. Em 2003 foi criada uma comissão especial de juventude no intuito de traçar diretrizes para a política nacional de juventude. Esta comissão



encaminhou três propostas: Plano Nacional de Juventude (PL 4530/2004), emenda constitucional (PEC 138-A/2005) e o estatuto de direitos da juventude (PL 27/2007). O Plano Nacional de Juventude de 2004 traçou metas a serem alcançadas ao longo da década seguinte, incluindo as metas educacionais para os jovens. Já a emenda constitucional só foi promulgada em 2010 (EC 65/2010) incluindo o do termo juventude a artigos da constituição brasileira. E o Estatuto da Juventude, promulgado só em agosto de 2013 a partir da lei 12.852, tornou a realização de políticas especialmente dirigidas às pessoas entre 15 e 29 anos uma obrigação do Estado, independente da vontade de governos.

Em 2004, a Presidência da República constituiu um grupo composto por representantes de 19 ministérios, que realizou um diagnóstico sobre as condições sociais dos jovens brasileiros e mapeou as principais ações governamentais voltadas para a juventude (Brasil, 2006). A partir desse panorama, em 2005 foi lançada a Política Nacional de Juventude apoiada no tripé: Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e Programa Nacional de Inclusão de Jovem (Projovem). E foi desenvolvida a seguinte ideia: “uma nova concepção de política pública, que considera a juventude como um segmento social portador de direitos e protagonista do desenvolvimento nacional” (BRASIL, 2006, p.6). Assim, segundo as diretrizes desse documento a juventude é o ator principal na formulação e desenvolvimento dessa política.

Algumas ações do governo na implementação dessa política, instiga reflexões sobre o discurso protagonista da juventude, como o “Pacto pela Juventude” lançado pelo CONJUVE com edições em 2008 e 2010. Esse pacto é uma proposta para que os governos federal, estadual e municipal se comprometam com políticas públicas para a juventude e para que os candidatos políticos incluam em seus Planos de Governo as demandas da juventude brasileira (BRASIL, 2012). Observa-se que o pacto pela juventude é um pacto entre governantes, o que torna ainda mais emblemático o discurso de participação dos jovens na formulação dessa política.

O governo propõe também a participação da população e principalmente da juventude para o desenvolvimento dessa política por meio das Conferências Nacionais de Políticas Públicas para a Juventude, que tiveram edições em 2008 e 2011. Essas conferências ocorreram em âmbito local, regional e nacional.

Entendendo que a participação social deve ser um método de governo e que o segmento juvenil é estratégico para o desenvolvimento nacional e para a construção de políticas públicas que assegurem **a autonomia e o direito dos nossos jovens, em 2008 o Governo Federal organizou o primeiro grande processo de diálogo com a juventude** brasileira por meio da 1ª Conferência Nacional de Juventude. Três anos depois, a 2ª Conferência Nacional reuniu jovens dos quatro cantos do Brasil, das mais variadas formas de expressão e realidades sociais, que participaram de espaços de discussões e diálogo sobre suas necessidades, o presente e o futuro do país. Estes espaços culminaram em encaminhamentos e pactuações que, desde então, orientam a Política Pública de Juventude e garantiram vários direitos para os jovens brasileiros, como a instituição do Estatuto da Juventude (BRASIL, 2014a, p.1).

Logo, evidencia-se nos documentos um discurso de participação da sociedade e em específico da juventude para o desenvolvimento do país e ainda de busca da autonomia e do direito dos jovens por meio das políticas públicas. Com isso, nota-se um intrigante discurso de mudança na participação social dos jovens, que até pouco tempo eram excluídos de forma particular dos projetos sociais, educativos e das leis do país. Pois como afirmam Sposito e Carrano (2003), antes da década de 1990 os jovens eram abarcados nas políticas públicas de uma forma generalizada, pois não haviam ações específicas para este segmento da população.

Assim, o desenvolvimento de uma Política Nacional de Juventude traz como propostas nos documentos que a regem, a promoção de ações específicas para esse segmento populacional,

buscando melhorias para a vida dos jovens. E ainda que “(...) a prioridade conferida à juventude, estimulou o desenvolvimento de novas ações e a consolidação de práticas que buscam garantir direitos e oferecer oportunidades aos jovens brasileiros” (BRASIL, 2006, p.5). Nessa perspectiva, essa política incorpora a juventude, de forma específica na pauta dos governos e atribui ao jovem o papel de ator estratégico no seu desenvolvimento. Contudo, julga-se intrigante esse discurso de poder atribuído ao jovem, enquanto ator estratégico e protagonista, já que por muitos anos a juventude foi negligenciada enquanto categoria específica nas ações do governo em meio a um contexto histórico brasileiro de mudanças *pelo alto*.

#### **4 - SERÁ O JOVEM O REAL SOBERANO NAS POLÍTICAS DE JUVENTUDE?**

O desenvolvimento da Política Nacional de Juventude (PNJ) no Brasil teve como objetivo a busca de soluções para os problemas da juventude (desemprego, evasão escolar, falta de formação profissional, mortes por homicídio e envolvimento com drogas) e também propor ações que insiram o jovem no debate da pauta nacional, permitindo-lhe assumir o papel de protagonista no processo de desenvolvimento do país (BRASIL, 2014b). Essa ideia de protagonismo presente nessa política traz a perspectiva de que o jovem é o ator principal, o *soberano* no desenvolvimento das políticas públicas para a juventude, atribuindo dessa forma, centralidade aos jovens pobres, com baixa escolaridade, com condições sociais precárias, público alvo desta política.

A proposta de mudança, de solução, para os problemas da juventude, para que os jovens possam contribuir para o desenvolvimento do Brasil, ganhou maior enfoque no país com o desenvolvimento da PNJ. Esse discurso de solução para o problema da juventude nos leva a refletir sobre os processos de mudanças ocorridas *pelo alto* ao longo da história brasileira por meio de uma dominação com hegemonia. Deve-se pensar que as propostas de mudanças, podem representar diversos

interesses, envolvendo a sociedade política e a sociedade civil, incluindo dessa forma os interesses das classes dominantes, tornando emblemática essa proposta de mudança.

A sociedade civil em Gramsci é o “conjunto dos organismos designados vulgarmente como privados” (GRAMSCI 2001:20-21 apud FONTES, 2006, p.213), compreendendo o sistema escolar, partidos políticos, sindicatos, meios de comunicação, etc, ou seja, instituições difusoras de valores e ideologias. Segundo Fontes (2006) esta sociedade é um espaço de lutas de classe onde as formas de dominação se irradiam também como convencimento.

A dominação de classes se fortalece com a capacidade de dirigir e organizar o consentimento dos subalternos, de forma a interiorizar as relações sociais existentes como necessárias e legítimas. O vínculo entre sociedade civil e estado explica como a dominação poreja em todos os espaços sociais, educando o consenso, forjando um ser social adequado aos interesses (e valores) hegemônicos (FONTES, 2006, p.212).

Essa adesão dos subalternos por meio do convencimento torna-se uma tarefa constante e de extrema importância para a permanência dos dominantes no poder. Logo, a ideia de participação, benefício e solução de problemas como o proposto pelas políticas de juventude torna-se importante para o consentimento da população ao que é proposto pela classe dominante: manutenção da ordem desigual. O que torna intrigante o discurso de *protagonismo juvenil* na política de juventude, ou seja, uma suposta atribuição de poder ao jovem em meio a um contexto de mudanças *pelo alto*, de embate de classes, onde se desenvolve a dominação com hegemonia.

O termo protagonismo é formado por duas raízes gregas: proto, que significa “o primeiro, o principal” e eagon, que significa “luta”. Agonistes, por sua vez, significa “lutador”. Protagonista quer dizer, então, lutador principal, personagem principal. Portanto protagonismo juvenil significa que o jovem tem que ser o ator principal em todas as etapas das propostas

a serem construídas em seu favor. Ser reconhecido como ator social estratégico implica a integração social, a participação, a capacitação e a transferência de poder para os jovens como indivíduos e para as organizações juvenis, de modo que tenham a oportunidade de tomar decisões que afetam as suas vidas e o seu bem-estar (BRASIL, 2004, p.22).

Então, segundo essa percepção haveria uma transferência de poder para o jovem, tornando-o principal ator das políticas de juventude e sua ação exerceria mudanças sociais. Essa ideia de transferência de poder a população torna-se contraditória ao processo de dominação que impera no país desde sua independência até os dias atuais.

Com isso, deve-se refletir se essas demandas sociais de emprego, inserção escolar, diminuição da violência, drogas, representam os interesses dos jovens ou também atendem a um projeto de controle social dos dominantes. A história brasileira demonstra que há uma falsa democracia, que a soberania do povo é negada, mesmo em meio a um discurso de participação.

A vida política brasileira herdou, sem o saber, uma tradição repressiva que concentra nos governantes todas as políticas públicas, em especial a educação. E as retira da sociedade, dos grupos, dos movimentos, dos indivíduos. Trata-se de um velho problema jurídico e político: quem é o soberano? A democracia define-se como a forma de poder em que o povo é o soberano. No Brasil, fingimos seguir essa forma de mando, mas na realidade ao nosso povo a soberania é recusada, sempre em proveito de oligarquias e dos que ocupam os três poderes formais do Estado (ROMANO, 2006, p.133).

Logo, se em meio a um discurso sobre a democracia e a soberania do povo é negada em prol dos interesses dos dominantes, a juventude público alvo desta política – jovens pobres, com baixa escolaridade, com condições sociais precárias - fazendo parte do povo brasileiro, das minorias sociais, não se constituem, neste momento histórico de dominação com

hegemonia, o *soberano* nas políticas públicas de juventude. Dessa forma, torna-se questionável o discurso de *protagonismo juvenil* presente na Política Nacional de Juventude, já que ao povo brasileiro a soberania é negada.

Dessa forma, Romano (2006) enfatiza que a soberania do povo, e aí pode-se incluir a dos jovens, é e sempre foi negada em favor dos que detém o poder. A constituição brasileira, representação do regime democrático do país, torna-se 'papel amassado' a partir do momento em que é negado o direito da soberania a população. Logo, se a soberania real, para além do discurso e dos documentos é historicamente negada ao povo, questiona-se o suposto poder dado aos jovens por meio do *protagonismo juvenil*. Isso nos remete a evidências de mais um processo de dominação com hegemonia, o convencimento das massas sob um duvidoso discurso de participação, colaboração, poder.

## 5 - PARA CONTINUAR REFLETINDO...

Os jovens brasileiros por muitos anos tiveram seus direitos negados. Eram incluídos nas políticas públicas de uma forma generalizada, pois não havia leis, diretrizes e programas específicos para este segmento da população. Com o desenvolvimento das políticas públicas de juventude, evidencia-se um discurso de mudança para a condição do jovem, com solução para os problemas da juventude: evasão escolar, desemprego, violência, drogas, etc.

Destaca-se que o discurso de *protagonismo juvenil* e participação dos jovens nas políticas públicas por meio de documentos e das conferências nacionais, não expressam a soberania dos jovens no desenvolvimento das políticas públicas de juventude. Isso é notado nas várias ações que os governos criaram para o desenvolvimento desta política: conselhos, secretaria, comissão, programas, leis, diretrizes, metas e pacto entre os governos municipais, estaduais e federal. Além disso, o contexto histórico de negação da soberania ao povo brasileiro e a negação dos direitos dos jovens por muito tempo, evidencia o não interesse

dos dominantes na real transformação desse quadro.

Esse contexto torna ainda mais emblemático esse discurso de mudança na condição juvenil por meio da participação dos jovens na melhoria do país, logo que o Brasil possui um histórico de mudanças *pelo alto* e encontra-se em um momento de dominação com hegemonia. Assim, essa perspectiva de melhoria na educação, na sociedade e no Estado por meio dos jovens, sob o discurso de *protagonismo juvenil* nos remete as estratégias de controle e consentimento da população para atender aos interesses dominantes. Interesses esse pautados na manutenção da soberana ordem desigual, sob o discurso de participação, colaboração e *protagonismo juvenil*.

## **STATE, SOCIETY AND EDUCATION: SOME INQUIRIES AND REFLECTIONS ON PUBLIC POLICIES FOR THE YOUTH IN BRAZIL**

**ABSTRACT** — *The public policies for the youth in Brazil have been developing most notably from Lula's government, which brings in their documents the youth speech as a protagonist in the creation and development of a national policy. Acknowledging the public policies as a field in dispute that involves different actors with different interests and that expresses in many cases a complex relation between the State, Society and Education throughout the history. It questions the role of youth in building this policy. Will the young be the real "sovereign" on the youth policies? It was inferred from literature and document reviews that in the midst of a democracy speech, the sovereignty of the people is denied in favor of the dominant interests, the youth, target of this policy – poor young people with low education, with precarious social conditions- part of social minorities, they don't constitute the sovereign in youth public policies.*

**KEY WORDS:** *Public policies, youth, Sovereign.*

## **6 - REFERÊNCIAS**

ANDRADE, Eliane Ribeiro. et al. Composição social e percursos escolares

*Sitientibus*, Feira de Santana, n.49, p.133-149, jul./dez. 2013

dos sujeitos do Projovem: novos/velhos desafios para o campo da educação de jovens e adultos. **Revista em Aberto**, Brasília, v. 22, n. 22, p. 78-88, nov. 2008.

BORELLI, Sílvia H. S. e ROCHA, Rosamaria L. M. (coords.); OLIVEIRA, Rita C.A.; SILVA, Josimey C.; SILVA, Gislene; SOARES, Rosana L. Políticas Públicas voltadas para juventude. In: **Jovens urbanos: concepções de vida e morte, experimentação da violência e consumo cultural**. São Paulo, Relatório FAPESP (Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo), 2003. Fonte: <http://www.pucsp.br/projetojovensurbanos>. Acesso: 05.08.2014

BRASIL, Câmara dos Deputados. Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude. **Projeto de Lei n.4.530**: aprova o Plano Nacional de Juventude e dá outras providências. Brasília, DF, 2004. Disponível em: [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br). Acesso em: 09 de mar. de 2015

\_\_\_\_\_. **Guia de Políticas Públicas de Juventude** Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2006. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br>. Acesso: 05 de ago. de 2014.

\_\_\_\_\_. **Pacto pela juventude**. A cidade que a juventude quer com: desenvolvimento, direitos e participação, 2012. Disponível em: <http://www.jsb.org.br/anexos/7.pdf>. Acesso em 09 de mar.2015.

\_\_\_\_\_. **Conferência Nacional de Juventude, 2014a**. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br>. Acesso: 05 de ago. de 2014.

\_\_\_\_\_. **Secretaria Nacional de Juventude, 2014b**. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br>. Acesso: 05 de ago. de 2014.

COUTINHO, Carlos Nelson. O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas. In: LIMA, Julio Cesar França; NEVES, Lucia Maria Wanderley. **Fundamentos da Educação escolar no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006, pp. 173-200.

FONTES, Virgínia. Sociedade Civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980. In: LIMA, Julio Cesar França; NEVES, Lucia Maria Wanderley. **Fundamentos da Educação escolar no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006, p.201-239.

MORAES, Dênis de. Imaginário social e hegemonia cultural. In: **Especial Gramsci e o Brasil**, 2002. Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci>. Acesso: 05 de ago. de 2014.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. A sociedade civil como espaço estratégico de difusão da nova pedagogia da hegemonia. In:\_\_\_\_\_ (Org.). **A nova pe-**



**dogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso.** São Paulo: Xamã, 2005.

PALUMBO, D. J. A abordagem de política pública para o desenvolvimento político na América. In: **Política de capacitação dos profissionais da educação.** Belo Horizonte: FAE/IRHJP, 1989. p. 35-61. (Original: PALUMBO, Dennis J. Public Policy in América. Government in Action. 2. ed. Tradução: Adriana Farah. Harcourt Brace & Company, 1994. Cap. 1, p. 8-29).

ROMANO, Roberto. Papel amassado: a perene recusa da soberania ao povo brasileiro. In: Lima, Júlio César França; Neves, Lúcia Maria Wanderley. **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro, Fiocruz, 2006. p.133-172.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH,** Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.

SPOSITO, Pontes Marília, CARRANO, Paulo. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação.** Rio de Janeiro. n.24. p.16-39, set/dez 2003.

## NOTAS

1 Termo utilizado por Carlos Nelson Coutinho (2006) para designar as mudanças ocorridas na história brasileira, as quais sob o discurso de transformação só implicou em troca de dominantes.